

**Sem transformação do ADN militar da Renamo, paz efectiva
comprometida**

Calton Cadeado

Docente e pesquisador no Instituto Superior de Relações Internacionais

Maputo, Junho de 2018

Resumo

Este artigo analisa a essência da Renamo, que consiste na supremacia do seu ADN militar sobre o seu ADN político. Esta análise *suis generis*, que se baseia na abordagem histórica, na observação indirecta e em fontes secundárias, ligada as origens da Renamo, aparece no *timing* apropriado devido a existência de um debate entre o optimistas e o cepticistas a cerca dos resultados das negociações (directas/ secretas) entre o Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, com vista ao alcance de uma “paz efectiva”. Além disso, esta análise é importante, pois constitui um contributo para documentar e para sistematizar a história, até agora pouco conhecida, a cerca da supremacia do ADN militar sobre o ADN político da Renamo. Com base nesta essência da Renamo, este artigo representa um posicionamento cepticista que conclui que enquanto o ADN militar assumir posição de superioridade sobre o seu ADN político, a Renamo terá dificuldades de ser fiel as suas promessas de “paz efectiva”. Assim, a construção da supremacia do ADN político da Renamo é, na perspectiva deste artigo, a solução mais profunda e sustentável para construir a paz efectiva.

Palavras-chave: ADN militar; ADN político; a paz efectiva.

Abstract

This article analyzes the essence of Renamo, which consists on the supremacy of its military DNA over its political DNA. This *suis generis* analysis, which is based on historical approach, indirect observation and secondary sources, linked to the origins of Renamo, appears in the appropriate timing due to the existing debate between optimists and sceptics about the results of the (direct/ secret) negotiations between the President of the Republic of Mozambique, Filipe Nyusi and Renamo leader, Afonso Dhlakama, in order to achieve "effective peace". Moreover, this analysis is important because it constitutes a contribution to record and systematize the history, up to date poorly known, about the supremacy of military DNA over Renamo's political. Based on this essence of Renamo, this article represents a skeptical position, which express the conclusion that as long as the supremacy of military DNA prevail over its political DNA, Renamo will face difficulties to be faithful to its promises of "effective peace." Thus, building the supremacy of Renamo's political DNA is the most profound and sustainable solution to build effective peace.

Key-words: Military DNA; political DNA; and effective peace.

Introdução

Desde que o Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, anunciou o início das negociações secretas/ directas, via telemóvel, com o líder carismático, vitalício e todo poderoso da Renamo, Afonso Dhlakama, muitas pessoas, no seio da voz popular e dos intelectuais, expressaram um elevado optimismo em relação ao alcance da “paz efectiva”. O optimismo mais elevado, sobretudo no seio da voz popular, transmite o sentimento de que é desta vez que, em Moçambique, a guerra passará, definitivamente, a ser um instrumento politicamente obsoleto.

O optimismo é politicamente robustecido por dois motivos novos e, por conseguinte, sem precedentes na história de negociação para a paz, em Moçambique. Primeiro, é a prevalência da novidade política e conceptual chamada “tregua indeterminada”, que Afonso Dhlakama afirmou, repetidamente, ter concedido, unilateralmente, ao povo de Moçambique. Isto é interpretado como um gesto de boa vontade que traz novidade ao processo negocial, pois no passado, concretamente nos dois anos de negociações, 1990 – 1992, em Roma, a Renamo recusou todos apelos para o cessar-fogo incondicional ou tréguas que vinham de dentro e de fora de Moçambique. Esta posição foi repetida, aquando da re-erupção da guerra, em 2012/2013, quando a Renamo mostrou uma attitude de rejeição de cessar-fogo e ameaçou estender a guerra em todo o território de Moçambique. Segundo motivo de optimismo tem a ver com o facto de que o Presidente Nyusi demonstra sinais robustos de vontade política e de coragem para fazer a paz, ao surpreender todas pessoas, dentro e fora de Moçambique, com as viagens secretas à Gorongosa para se encontrar com o seu irmão, Afonso Dhlakama; e ao fazer algumas concessões politicamente vitais para a Renamo (no âmbito da descentralização), mas que são arriscadas, quer para o seu governo, liderado pela Frelimo, quer para o futuro de Moçambique como um Estado unitário, indivisível e exemplo bem sucedido de unidade nacional.

Diante das novidades políticas, sem precedentes na história de negociação para a paz, em Moçambique, as vozes mais optimistas usaram, de forma expressiva, o adágio popular segundo o qual “a terceira vez será de vez”. Por outras palavras, os mais optimistas acreditaram que, depois de assinar dois acordos de paz, com dois Presidentes de Moçambique, Joaquim Chissano e Armando Guebuza, Afonso Dhlakama abriu caminhos firmes para a assinatura do terceiro e último acordo de “paz efectiva”, com o Presidente Filipe Nyusi. Sendo assim, os

mais optimistas acreditaram que haviam motivos para as pessoas, de dentro e de fora de Moçambique, serem optimistas, pois, desta vez, Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama apresentaram fortes sinais políticos, jamais vistos anteriormente, para acreditar que a terceira vez será, efectivamente, de vez. Isto equivale dizer que, para os mais optimistas, desta vez, a paz será durável, pois as condições para tornar a guerra um instrumento politico obsoleto, em Moçambique, estão a ser criadas, sobretudo com o consenso em torno dos pacotes de descentralização, bem como no facto de a Renamo aceitar levar a mesa de negociações a sagrada questão da desmobilização, do desarmamento e da (re)integração dos seus homens armados, excluindo, pelo menos na retórica, as mulheres (des)armadas¹.

Apesar da prevalência do optimismo, existem, igualmente, no seio da voz popular e de intelectuais, algumas pessoas cépticas que estão a fazer as seguintes perguntas: será que a terceira vez será, efectivamente, de vez? Será que as visitas à Gorongosa e as concessões corajosas que o Presidente Nyusi está a fazer são efectivamente uma grande novidade que confere garantias robustas para que a terceira vez seja, efectivamente, de vez? Qual é a garantia de que, a Renamo vai ser fiel ao compromisso de não recorrer a guerra (na retórica ou no campo de batalha) como instrumento político, na eventualidade de, por exemplo, não obter as vitórias eleitorais que espera obter à luz do pacote de descentralização?

Todas as perguntas, de cariz céptico, têm um fundamento histórico e um fundamento estrutural que não estão a ser publicamente explorados, pois existe o medo de ressuscitar “verdades duras” e profundas sobre a Renamo, que, neste momento de elevado optimismo, podem ser consideradas política e moralmente inconvenientes. Esta inconveniência tornou-se aguda depois que o Presidente Filipe Nyusi introduziu, no vocabulário sócio-político contemporâneo de Moçambique, o rótulo “inimigos da paz”. Este rótulo, que parece ser a mais alta condenação social da actualidade politica, em Moçambique, tem funcionado como um isolador de todas as pessoas e de todas as opiniões/ “verdades duras” que, supostamente, perturbam o processo comercial com vista ao alcance da “paz efectiva” e contribuem para adiar a materialização da ambição de tornar a guerra um instrumento político obsoleto, em Moçambique.

¹ Esta abordagem masculinizada é, com certeza, sintoma da natureza patriarcal das relações de poder que, na pior das hipóteses inferiorizam e na melhor das hipóteses, negligenciam as mulheres. Neste caso, as mulheres da Renamo, que não se sabe ao certo, se estão armadas só ganharam alguma notoriedade depois que os militares nas matas, negligenciados, sacrificados, desde 1992, mostraram sinais de saturação diante do bem estar da elite política emergente e sem historia de sacrificios na Renamo e pela Renamo.

Em consequência, os optimistas multiplicaram actos de apoio moral e politicamente significativo ao Presidente de Moçambique (Filipe Nyusi), ao líder vitalício e todo poderoso da Renamo (Afonso Dhlakama), bem como a Ossufo Momade, que se tornou o novo líder da Renamo, na sequência da morte de Dhlakama. Por seu turno, os cépticos estão silenciosos e receosos de expressar as suas opiniões sob pena de se auto-flagelarem com rótulo de “inimigos da paz”.

Em parte, o silêncio involuntário dos cépticos parece que fortifica o espaço dos optimistas e a legitimidade das negociações secretas, desta vez entre Presidente Filipe Nyusi e Ossufo Momade. Acima de tudo, parece que o silêncio involuntário dos cépticos está a contribuir para a tranquilidade na negociação secreta, que já trouxe resultados frutíferos e tangíveis, a curto prazo. A prova disso é a prevalência da “trégua indeterminada”; o explícito avanço na descentralização, acordado entre o Nyusi e Dhlakama, bem como no compromisso explicitamente optimista, demonstrado, em público, por Filipe Nyusi e Ossufo Momade, de materializar a desmobilização, o desarmamento e a (re)integração (DDR) dos homens armados/ homens residuais/ guerrilheiros da Renamo. Apesar de serem imediatistas, essencialmente elitistas e desintegrados (ou compartimentalizados), estes compromissos negociais trazem tranquilidade e legitimam, de certa forma, o rótulo criado pelo Presidente Filipe Nyusi e robustece o silêncio involuntário dos cépticos.

A permanência no silêncio involuntário constitui, no entanto, um mau serviço de assessoria às negociações, quer para Renamo, quer para o governo, pois amanhã, os cépticos podem ser social e moralmente condenados, inclusive pelos actuais optimistas. Na condenação, ninguém verá mérito do silêncio, nem tampouco o receio de dizer “verdades duras”, que hoje são política e moralmente inconvenientes, mas que, a médio e longo prazo, podem ser benéficas. Sendo assim, é preferível dizer uma “verdade dura” a ocultar, sobretudo se a “verdade dura” fôr necessária para construir uma “paz efectiva” sustentável e durável, a longo prazo. Neste contexto, a responsabilidade moral de dizer as “verdades duras” é um aspecto importante, mas a vontade e a capacidade de quem ouve as “verdades duras” é mais importante, principalmente quando se trata de partes envolvidas em processos complexos de negociação para a “paz efectiva”. Ademais, a “verdade dura”, dita hoje, tem a vantagem de poder ser um custo ou um sacrifício necessário, a curto prazo, para construir um ganho fundamental a longo prazo.

Com efeito, este texto é um exemplo de uma opinião céptica consciente da inconveniência de exteriorizar, neste momento de elevado optimismo. Este texto é, também, um exemplo de uma opinião convicta da importância das “verdades duras” exteriorizadas, neste caso, com base em dois objectivos historicamente sustentados.

O primeiro objectivo é apresentar elementos histórico-estruturais para um estudo introspectivo da própria Renamo, que, há muito tempo, tem feito a sua estratégia negocial fortemente baseada na teoria da vitimização. Esta estratégia serve, essencialmente, para esconder o(s) pecado(s) da própria Renamo, bem como a sua responsabilidade na prevalência do uso da guerra como instrumento político, em Moçambique. Isto é importante porque sem “atacar” os elementos histórico-estruturais, Dhlakama, os seus sucessores e a Renamo vão continuar a dar razões para alimentar o cepticismo que contrasta com o optimismo de que a terceira será, efectivamente, de vez. Sem “atacar” os elementos histórico-estruturais, ficará sempre difícil crer em uníssono que a guerra será, verdadeiramente, um instrumento político obsoleto para qualquer pessoa que estiver, na actualidade ou a futuro, a liderar a Renamo. Acima de tudo, sem abordar os problemas histórico-estruturais, a Renamo pode colocar em risco a paz e a sua própria sobrevivência política, a médio e a longo prazo.

O segundo objectivo é direccionado a apoiar na produção de soluções que devem ser contrárias as actuais soluções de natureza claramente imediatista, desintegradas (ou compartimentalizadas), essencialmente elitistas e, por conseguinte, pouco sustentáveis para se alcançar a tão almejada “paz afectiva”, a médio e a longo prazo. Isto é importante porque se o optimismo continuar a ser sustentado com base na satisfação urgente e desesperada dos interesses negociais vitais da Renamo, nomeadamente, a partilha de poder (por via da descentralização) e a (re)integração dos “homens armados” nas forças armadas, na Policia e no Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), então estaremos a legitimar a produção das actuais “soluções elitistas”, em prejuízo dos que não pertencem a elite da Renamo. Se o actual padrão de soluções prevalecer, então continuaremos a privilegiar o distanciamento entre o civil e o militar, legitimando, deste modo, a prevalência do ADN militar da Renamo e a sua consequente supremacia, pelo menos a curto e a médio prazo.

O pecado da supremacia do ADN militar sobre o ADN político na Renamo

A Renamo é vítima da sua própria gênese militar e tem muita dificuldade em se libertar dela, de modo a exercer política somente com base em meios político-democráticos. Isto significa que a Renamo nasceu com um ADN predominantemente militar e cresceu, sobretudo no período da guerra de desestabilização e/ou da guerra pela democracia, sem uma “agenda formal” e sem uma estrutura genuinamente política (Marangoni, 2012; Pinto, 2008; Oliveira, 2006; Vines, 1996; Flower, 1987)². Isto significa, igualmente, que a Renamo tem um ADN político jovem, formalmente constituído, apenas em 1991, apesar de, no decurso da guerra, ter iniciado uma agenda politicamente estéril. Além disso, o ADN político só se tornou materialmente funcional as vésperas e durante as primeiras eleições gerais (presidenciais e legislativas) multipartidárias, que se realizaram em 1994. Acima de tudo, este jovem ADN não possui supremacia na Renamo. Este é o pecado original da Renamo, amplamente conhecido, dentro e fora de Mocambique, que precisa de ser (re)abordado na produção de soluções tendentes a construir uma “paz efectiva”, a curto e, sobretudo, a longo prazo.

Com efeito, enquanto o velho ADN militar assumir primazia sobre o seu jovem ADN político, a Renamo terá dificuldades de ser fiél as suas promessas de “paz efectiva” e vai alimentar o cepticismo, pois o recurso a retórica de guerra; o uso do factor medo; e o uso de violência já deram provas de serem instrumentos significativamente poderosos para conseguir atingir fins políticos, especialmente nos momentos pré e pós-eleitorais. Isto confere, de forma evidente, um lugar de supremacia do ADN militar sobre o ADN político na Renamo. Prova disso é que, conceder a “trégua indeterminada”, significa literalmente parar a guerra, mas sem a renunciar, em definitivo. Neste contexto, enquanto as negociações decorrem, Afonso Dhlakama, em seguida Ossufo Momade e o ADN militar da Renamo conseguem assegurar um estatuto de

² A guerra de narrativas mostra que a designação da guerra depende grandemente da narrativa dos ex-beligerantes, algo, geralmente, comum nas guerras. Neste caso, a narrativa do governo da Frelimo designa guerra de desestabilização. Por seu turno, a narrativa da Renamo designa guerra pela democracia. Esta guerra de narrativas na designação da guerra reflecte o reconhecimento da importância da designação da guerra para conferir legitimidade aos ex-beligerantes e, sobretudo, as suas causas. Por outras palavras, cada um dos ex-beligerantes usa a designação da guerra para ilegitimar o outro e se auto-legitimar. Ao designar guerra de estabilização, o governo da Frelimo estava claramente a dizer que a Renamo não era um actor político e não tinha uma causa legítima, a não ser desestabilizar. E, por conseguinte, o governo tinha toda a legitimidade de usar todos os meios necessários para defender o Estado contra a acção de desestabilização. A Renamo, por seu turno, ao designar guerra pela democracia estava evidentemente a dizer que a guerra tinha uma causa justa, a instauração de uma democracia, pois o governo da Frelimo não respeitava o multipartidarismo, o governo da Frelimo não tolerava a diferença, o governo da Frelimo era um violador dos direitos humanos ao ponto de ter usado a pena de morte.

hiper-relevantes para a paz. Em paralelo, os líderes da Renamo e o ADN militar conseguem colocar Moçambique num estado de permanente incerteza entre a guerra e a paz.

Ademais, a Renamo possui um histórico negativo de incumprimento de promessas políticas em prol da paz (quer com recurso a retórica belicista, quer com ataques militares), que alimentam o cepticismo de que a terceira vez pode não ser, efectivamente, de vez. Esta é uma verdade que não deve constituir novidade, sobretudo para os políticos, pois conhecem o valor político das armas e dos “homens armados” da Renamo que foram paulatinamente rejuvenescida(o)s. Em período Eleitoral de 2018 e de 2019, o incentivo para cumprir qualquer vontade de desarmar tem mais expressão no domínio da retórica político do que na operacionalização, enquanto a Renamo não se sentir satisfeita com resultados eleitorais.

Assim, é fundamental conferir ao jovem ADN político da Renamo uma supremacia sobre o amplamente solidificado ADN militar, de modo a tornar a Renamo fiél as suas promessas de “paz efectiva”, algo que ainda não foi conquistado. Como alcançar, então, a supremacia do ADN político sobre o ADN militar na Renamo? Esta é a questão fundamental. Mas, antes de responder a esta questão, é importante abordar, em primeiro lugar, o processo histórico que guiou a construção e a consolidação da supremacia do ADN militar sobre o ADN político na Renamo.

A supremacia do ADN militar sobre o ADN político na Renamo: base histórica

Em termos históricos, a Renamo não foi fundada por via política como aconteceu, por exemplo, com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que primeiro materializou o acordo político de união dos três movimentos, nomeadamente a *Mozambique African National Union* (MANU), União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e, posteriormente, confirmou-o por via de um congresso, em Junho e em Setembro de 1962, respectivamente³. Depois de criada a FRELIMO política, surgiu o braço militar, designado Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Esta trajectória político-militar apresenta uma similaridade com

³ Neste contexto, a FRELIMO possuía, desde a sua criação, um estatuto, que funcionou como sua lei mãe. Além disso, a Frelimo iniciou a sua actividade eminentemente política, com um “governo no exílio” constituído por departamentos como, por exemplo, da educação, da saúde, da juventude, das relações exteriores, de Defesa, e de Segurança (Ncomo, 2003).

outros movimentos históricos na África Austral e Oriental, que surgiram antes e depois da Frelimo, nomeadamente o *African National Congress* (ANC), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU), o *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e o *Ugandan National Liberation Front* (UNLF).

Com efeito, o ANC, na África do Sul, surgiu em primeiro lugar e só depois criou o seu braço militar designado *Umkhonto We Sizwe*. Em Angola, MPLA representa o braço político enquanto as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) constituem o seu braço militar. Ainda em Angola, a FNLA e a UNITA também nasceram de ADN primordialmente político e depois criaram os seus braços militares, o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) e as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), respectivamente. No Zimbabwe, ZAPU e ZANU são, igualmente, exemplos de movimentos que também nasceram de ADN predominantemente político e só depois criaram os seus braços militares, nomeadamente, o *Zimbabwe People's Revolutionary Army* (ZIPRA) e *Zimbabwean African National Liberation Army* (ZANLA). Por último, no Uganda, o braço político, o UNLF, tinha o suporte do braço militar designado *Ugandan National Liberation Army* (UNLA).

Em consequência, a FRELIMO, o ANC, o MPLA, a FNLA, a UNITA, a ZAPU, a ZANU e o UNLF nasceram e cresceram como movimentos político-militares, que depois se tornaram essencialmente partidos políticos, ao contrário da Renamo que nasceu como um movimento militar e ainda está no processo embrionário de construção do seu ADN político. Neste contexto, é interessante notar que, apesar de os dirigentes da FRELIMO aparecerem em eventos públicos trajados de farda militar, durante a luta de libertação nacional (1964-1974) e no período pós-independência, de cariz marxista-leninista (1975-1990), eles eram primeiramente políticos e só depois eram militares. Ademais, no seio dos braços militares, por exemplo, das FPLM, da ELNA, das FAPLA, da FALA e da ZANLA, existiam comissários políticos, que também eram militares. A missão primordial dos comissários políticos era garantir a prevalência e a supremacia da componente política e do ideal político, em primeiro lugar, que era fundamental para a unidade, coesão e legitimidade da causa. Isto explica, em grande medida, a relativa facilidade com que a FRELIMO, o ANC, o MPLA, a FNLA (com algumas reservas), a UNITA, a ZAPU, a ZANU e a UNLF conseguiram efectuar a

transformação de movimentos politico-militares para partidos eminentemente políticos, com clara distinção entre o político e o militar, bem como o respeito pela supremacia do ADN político sobre o ADN militar.

A trajectória histórica da Renamo, pelo contrário, não apresenta uma clara distinção entre o ADN militar e o ADN político. Por outras palavras, não se conhece, até hoje, uma distinção simbólica ou claramente institucionalizada entre o braço político e o braço militar que desencadeou a guerra de desestabilização/ guerra pela democracia. Isto é notório a partir do próprio nome - Renamo - que serve para identificar o movimento com o ADN militar e serve, igualmente, para identificar o braço político. Acima de tudo, na actualidade politico-militar de Moçambique, o nome Renamo (mesmo sem inquérito formal) sugere mais associação à guerra de desestabilização/ pela democracia e a re-erupção da guerra em 2012/2013. O mesmo se pode dizer em relação a Afonso Dhlakama cuja identidade militar oscila, se confunde e se sobrepõe a identidade política. Esta constatação pode ser testada e comprovada na retórica pré e pós-eleitoral, momento em que se notava em Afonso Dhlakama uma alternância entre discursos conciliatórios e discursos inflamatórios ou incendiários. Neste contexto, é difícil distinguir ou separar entre Afonso Dhlakama que fala na qualidade de político e Afonso Dhlakama que fala na qualidade de militar, pois em muitas ocasiões estas duas identidades eram notoriamente duas faces interligadas na retórica mediática. Mas, mesmo sem inquérito, a identidade militar assume preponderância, principalmente porque ainda há feridas da guerra de desestabilização/ guerra pela democracia que, para quem viveu *in loco*, ainda não estão saradas. Mais do que isso, existe na memória colectiva das pessoas as palavras de Afonso Dhlakama que confirmam ter dado voz de comando para os homens armados da Renamo/ os homens residuais/ os guerrilheiros dispararem contra civis e contra propriedades públicas e privadas aquando da re-erupção da guerra, em 2012/2013.

Ademais, até hoje, não se conhece a data da criação formal da Renamo e, por conseguinte, não é celebrada tal como acontece, por exemplo, com a Frelimo, a 25 de Junho, com a ZANU, a 8 de Agosto, com a UNITA, a 13 de Março⁴. A única celebração amplamente conhecida é 17 de

⁴ Segundo Marangoni (2012: 227 - 230), que se considera autor do primeiro nome da Renamo, como um movimento guerrilheiro, com ADN genuinamente militar, surgiu em 1975 e de forma espontânea, “num bosque, arredores de Salisbury, capital da Rhodesia. Nesse contexto, sem se referir aos detalhes do mês e do dia, Marangoni afirma que o primeiro, o “nome de baptismo” do movimento guerrilheiro, foi Resistência Moçambicana, posteriormente rebatizada, pelo pelo Special Branch da Rhodesia, coma designação Resistência Nacional Moçambicana. O site oficial da Renamo refere-se, igualmente, ao ano 1975 como o único dado sobre a

Outubro, que está igualmente associada a guerra, mais concretamente, a morte do primeiro comandante negro da Renamo, chamado André Matsangaissa. Isto reforça a associação da Renamo ao ADN militar e, sobretudo, a supremacia do ADN militar sobre qualquer alegado ADN político prevalecente aquando da sua mítica criação. Esta associação da Renamo ao ADN militar, mais do que o ADN político, é significativamente sintomática nas pessoas que viveram directamente as experiências traumáticas da guerra de desestabilização e/ou guerra pela democracia, bem como a “guerra civil localizada”, que eclodiu em 2012/2013 e constitui objecto de negociação secreta ou directa entre Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama, sucedido por Ossufo Momade.

Apesar de não estar profundamente documentada, a propaganda oficial da Renamo e a propaganda não oficial (que se popularizou nas redes sociais, principalmente no *facebook*) tem recorrido à retórica reactiva para refutar a ausência de uma agenda política aquando da sua criação. Neste contexto, a propaganda da Renamo argumenta que, mesmo sem realizar um congresso constitutivo, desde o primeiro minuto de existência, os seus fundadores deixaram claro seu ADN político. A prova disto é que os fundadores da Renamo declararam-se combatentes contra o “imperialismo russo”, contra a “escravidão marxista”, contra os “órgãos de Stalin” e/ ou contra os “lacaio de Moscovo”, que estavam profundamente enraizados em Angola e em Moçambique (Marangoni, 2012; Cabrita, 2000)⁵.

Mesmo sem ter um braço político explícito, a Renamo teve, no seu seio, desde a sua criação, dissidentes da Frelimo, que tiveram preparação político-militar. Na propaganda da Renamo, este capital humano serve de evidência para refutar e para ilegitimar a tese da ausência de um ADN político aquando da criação da Renamo. Neste contexto, a Renamo tenta, de forma ingloria, associar a sua existência a dissidentes da Frelimo, que são ilustres desconhecidos na

sua fundação e salienta o lado do ADN militar. Pinto (2008: 215), por seu turno, considera que “a Renamo nasce, no terreno, em princípios de 1977, sem apresentar detalhes sobre o dia, o mês e o local. Entretanto, Pinto (2008) não esclarece o significado da expressão nascimento no terreno, o que levanta dúvidas sobre um outro nascimento algures, diferente do terreno. Martin e Johnson (1986) citados por Vines (1996) consideram que o nome Renamo foi escolhido, em 1977, uma reunião secreta, em Salisburia, envolvendo Evo Fernandes, Orlando Cristina, André Matsangaissa, Afonso Dhlakama, Khembo dos Santos e Leo Milas.

⁵ Entretanto, aqui é interessante notar que, apesar de a Renamo ser uma entidade militar a procura de uma essência genuinamente política e jovem, não se conhece, em 2018, um único fundador que esteja vivo. Por outras palavras, ao contrário de outros movimentos político-militares mais velhos cujos fundadores são apresentados como os arquitetos dos ideais genuinamente políticos que os uniram, a Renamo, muito mais nova, não apresenta nenhuma figura com o mesmo estatuto de fundadores, de arquitetos do movimento, com uma elevada essência militar. O único vivo, que não aparece na propaganda oficial e não oficial é o Brasileiro, Pedro Marangoni, auto-intitulado criador do nome Renamo.

lista de fundadores. Igualmente inglória é a narrativa pró-Renamo que alega que, desde 1976, a Renamo tinha um secretário geral chamado Orlando Cristina e “delegações políticas” no estrangeiro, tudo com vista a exorcizar-se do pecado original. Nesta narrativa, o simples facto de a Renamo proclamar a ilegitimidade do governo socialista, marxista-leninista, liderado pela Frelimo (de 1975/1977 a 1990) e advogar o seu derrube também evidencia a presença de uma agenda política e, conseqüente, ADN político. Segundo a propaganda da Renamo, este ADN não evoluiu, nem assumiu supremacia sobre o ADN militar, pois na altura era impossível dialogar com o regime marxista-leninista, autoritário, da Frelimo. Deste modo, a propaganda da Renamo argumenta que a supremacia do ADN militar era a única alternativa para forçar a Frelimo a dialogar e, até certo ponto, levar ao derrube da Frelimo. Esta supremacia do ADN militar não significa, entretanto, a ausência de ADN político, que segundo a narrativa da Renamo, sempre existiu, desde a criação cuja a data é uma incógnita.

A propaganda pró-Renamo tem o seu mérito no debate, no contraditório, para refutar a narrativa dominante sobre a ausência de ADN político aquando da criação da Renamo. No entanto, a mesma propaganda apresenta uma “cegueira suspeita” de branquear a história sobre a natureza da agenda política inicial da Renamo⁶. Neste contexto, existem várias alegações segundo as quais as pessoas que estiveram activamente envolvidas na base da criação da Renamo como, por exemplo, Jorge Jardim e Orlando Cristina, são as mesmas pessoas que tentaram, a todo o custo, impedir a transferência do poder do Estado colonial Português para a Frelimo, antes da proclamação da independência nacional, a 25 de Junho de 1975. Sem citar nomes, Abrahamsson e Nilsson (1994) referem-se a existência de um plano político de uma elite portuguesa, que consistia em copiar a declaração unilateral de independência (DUI), de 1965, protagonizada pela elite minoritária branca na Rhodesia de Ian Smith⁷. Entretanto, o projecto “independentista rebelde” fracassou, pois a mobilização não conseguiu os apoios esperados ou desejados.

⁶ O primeiro estatuto e manifesto político da Renamo, publicamente conhecido, só apareceram na década de 1980, concebidos sob orientação ou influência de Orlando Cristina e Evo Fernandes.

⁷ Naquela altura, não era novidade o facto de que existiam “colonos rebeldes”, que tentavam, a todo o custo, libertar-se do poder da metrópole. Entretanto, esta narrativa não pode ser tomada de forma acrítica, pois aquando da formação da aspiração independentista unilateral, a Rhodesia de Ian Smith enfrentava uma situação de isolamento político-económica asfíxiante, protagonizada pela Grã-Bretanha, que contava com o apoio das Nações Unidas, da Organização da Unidade Africana (OUA) e de Estados recém-independentes, quer em África, quer na Ásia. Esta situação constituía um elemento dissuasor para qualquer grupo de indivíduos que tentassem copiar a experiência de rebeldia independentista que a minoria branca desencadeou na Rhodesia.

O fracasso do projecto independentista rebelde não significou, necessariamente, o abandono do projecto de construir um grupo com ADN militar para influenciar a definição dos termos da proclamação que fossem favoráveis a elite branca portuguesa, que está ligada a história da Renamo. A prova disso é que não foi preciso esperar até a proclamação da independência para se testemunhar os primeiros actos de guerra contra a Frelimo, que se auto-proclamou “única e legítima representante do povo de Moçambique” (Acordo de Lusaka, 1974) e, por conseguinte, naquela altura, impôs-se como o único e legítimo actor político com direito de aceder, de manter e de controlar o poder, no Moçambique pós-independente.

O plano da DUI, até hoje, pouco pesquisado, pouco documentado e pouco disseminado, apesar de ter uma dimensão eminentemente política, foi, inicialmente, orquestrado por uma elite económica e securitária, de raça branca, juridicamente de nacionalidade portuguesa, residente na Província Ultramarina de Moçambique⁸. Esta é a elite que, posteriormente, contou com o apoio político-moral e logístico dos *Selous Scouts* e do *Speacial Branch*, da Rhodesia, para criar a Renamo com um ADN predominantemente militar (Emerson, 2013; Marangoni, 2012; Oliveira, 2006).

Até certo ponto, a primazia do ADN militar sobre o ADN político tinha uma lógica que se enquadrava na urgência em parar o rumo independentista e depois perturbar, a todo custo, qualquer sinal de estabilidade do governo da Frelimo. Isto significa que qualquer tentativa de os fundadores da Renamo privilegiarem o ADN político encontraria uma óbvia e forte reacção de resistência por parte da FRELIMO, que tinha urgência em assumir o poder. Nesta altura, a Frelimo sofria de uma “paranoia de segurança”, devido as suas “guerras” internas sangrentas, que tiveram o patrocínio explícito do terrorismo de Estado colonial Português. Isto obrigava a FRELIMO a ver com desconfiança todos e quaisquer novos alegados actores políticos, que eram impiedosamente rotulados de meros oportunistas ou fantoches aos serviço dos interesses neocoloniais e/ ou imperialistas. A nova elite política em Portugal, por seu turno, também tinha a sua urgência. Neste caso, a nova elite política portuguesa queria se desembaraçar do peso político-moral do *dossier* das colónias e concentrar-se na consolidação do seu poder na

⁸ Ao nível da elite económica, Jorge Jarim, apesar de Cabrita (2000) considerar o seu poder económico um mito e Manuel Bullosa constituem os nomes mais destacados. Ao nível da elite securitária, existem vários nomes de indivíduos ligados a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), posteriormente transformado em Direcção Geral de Segurança (DGS) como, por exemplo, Orlando Cristina, Evo Fernandes, “Carvalho das Barbas” (Oliveira, 2006), Godinho, Theófilo (Marangoni, 2012).

metrópole, que fora abalada pelo panorama político pós-golpe de Estado de 25 de Abril de 1974⁹.

A questão da urgência era extensiva ao regime de Ian Smith, na Rhodesia, pois enfrentava uma ameaça real contra a sua sobrevivência. Esta ameaça aumentou consideravelmente a partir de 1972, altura em que a ZANU e, sobretudo, a ZANLA passaram a desencadear as suas acções políticas e militares a partir das suas bases instaladas em Moçambique, com o beneplácito da FRELIMO (Martin and Johnson, 2012; Stiff, 1999). Estas acções, sobretudo militares, aconteceram durante a luta armada de libertação nacional, primeiro, a partir de Tete; e depois se estenderam a Manica. Depois da independência, as acções militares da ZANLA foram alargadas, passando, deste modo, a actuar, igualmente, a partir da província de Gaza. Em 1976, a desvantagem ficou mais agravada com a asfixia económica imposta pelas autoridades governamentais de Moçambique à Rhodesia, ao encerrar a fronteira terrestre comum, em Machipanda, em cumprimento das Resolução 253, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, aprovada em 1968. Neste cenário triunfal para a FRELIMO e para a ZANU, o regime de Ian Smith percebeu que numa eventual opção político-negocial partiria em clara desvantagem e com poucas probabilidades de determinar os termos da sua sobrevivência.

Com efeito, a urgência em garantir a sua sobrevivência fez com o governo de Ian Smith não investisse no apoio aos vários grupos de dissidentes da FRELIMO que tinham um cariz primordialmente político (Emerson, 2013, Cabrita 2000)¹⁰. Esta opção pode ter a ver com o facto de que era difícil apoiar, com êxito, movimentos genuinamente políticos que surgissem da dissidência da FRELIMO. Isto deve-se, igualmente, ao facto de que os Rhodesianos reconheciam, implicitamente, a elevada legitimidade e o monopólio político-militar com que a FRELIMO sustentou a luta de libertação nacional e a sua ascensão ao poder, em 1975. Aos Rhodesianos restava, então, a opção de criar o seu próprio grupo de cariz eminentemente militar para auxiliar as suas forças de defesa e segurança na destruição da ZANU e da ZANLA,

⁹ A urgência do lado da nova elite política de Portugal parece algo contraditório, pois sabe-se que eles propuseram um período de transição, de dois anos para preparar a transferência de poder a FRELIMO. Na perspectiva de Portugal, os dois anos seriam razoáveis para preparar uma transição tranquila, mas na teoria de conspiração e no sentido de alerta permanente, que predominava na FRELIMO, os dois anos constituíam um tempo suficiente para os portugueses manipularem a passagem de poder para grupos fantoches, bem como para implantar a(s) estrutura(s) neocoloniais/ imperialistas, necessária(s) para controlar os recursos naturais de Moçambique e que eram necessários para alimentar a antiga metrópole. Neste contexto, a proposta de Portugal foi prontamente rejeitada pela Frelimo.

¹⁰ Para detalhes a cerca das dissidências na Frelimo, vide a excelente obra de Alex Vines (1996). Renamo: from terrorism to democracy? Center for Southern African Studies. York.

que estavam a operar, de forma confortável e perigosa, a partir de Moçambique. Esta opção tornava-se hierarquicamente superior porque os Rhodesianos tinham consciência de que a ameaça contra a sua sobrevivência estava a ser agravada pela guerra, neste caso, pela crescente acção da ZANLA, com a colaboração activa dos guerrilheiros das FPLM, que, depois da independência, passaram a fazer parte das Forças Armadas de Moçambique (FAM)¹¹.

Assim, a medida de sobrevivência mais urgente e potencialmente mais eficaz, ao dispôr do regime de Ian Smith, era a intervenção militar. Esta medida foi extensivamente explorada através de ataques militares directos levados a cabo por forças especiais da Rhodesia contra indivíduos e contra instalações da ZANU, bem como da ZANLA, em Moçambique, particularmente nas províncias com linha de fronteira terrestre comum, nomeadamente, em Tete, em Manica e em Gaza. Esta medida foi, posteriormente, complementada por acções indirectas que privilegiavam o apoio logístico-militar e em termos de fornecimento de inteligência à Renamo. Esta opção Rhodesiana foi tomada no espírito de urgência para assegurar a sobrevivência do regime, que estava a sofrer uma asfixia multi-dimensional, que englobava as componentes político-diplomática, económico-financeira e militar. Neste sentido, à Renamo restavam poucas hipóteses de construir um ADN político com apoio de um aliado, neste caso, da Rhodesia, que tinha reconhecidamente apostado na via militar, em função do quadro geopolítico e geoestratégico que era claramente hostil à sobrevivência do regime de Ian Smith.

O quadro geopolítico e geoestratégico era igualmente hostil ao regime militarista do Apartheid, na África do Sul, o principal e mais poderoso aliado da Renamo. Este regime estava, certamente, consciente de que a sua morte era um destino inevitável, pois nos finais da década de 1970 e durante a década de 1980, o ANC e o *Umkhonto We Sizwe* intensificariam a pressão política e militar, com o apoio político-diplomático e militar explicitamente afirmado e reafirmado dos países vizinhos recém-independentes, sobretudo Moçambique. Ademais, a máquina de guerra do regime de Apartheid estava militarmente engajado em múltiplas frentes, domésticas e internacionais, que estavam a tornar-se gradualmente insustentáveis. Neste contexto, o regime de Apartheid percebeu que a sua morte estava eminente, principalmente

¹¹ Depois de 1975, o governo da Frelimo colaborou com a ZANU e com a ZANLA na infiltração de antigos guerrilheiros das FPLM que operaram na Rhodesia de modo a derrubar o regime de Ian Smith. Este é o período que marca a intensificação da guerra, com acções de sabotagem e de destruição de infra-estruturas de valor económico e estratégico como, por exemplo, estradas e pontes.

depois de consumada as mortes do regime colonial Português (em 1975) e do regime de Ian Smith, em 1980.

Com efeito, o regime de Apartheid estava consciente de que o máximo que podia fazer era ganhar tempo para adiar a sua morte enquanto estabelecia profundas bases estruturais para participar activamente na elaboração do seu atestado de óbito com condições relativamente vantajosas. Para o efeito, o regime de Apartheid recorreu a ameaça de uso e ao uso da guerra, isto é, agressão militar directa contra regimes hostís em África, no geral e, particularmente, em Moçambique (Stiff, 1999; Vines, 1996; Abrahamsson and Nilsson, 1994). Além disso, a máquina de guerra do Apartheid recorreu a UNITA, em Angola e a Renamo, em Moçambique, para desencadear uma guerra teoricamente designada “guerra por procuração” (*proxy war*).

A urgência da sobrevivência tornou o militarismo, o ADN militar do Apartheid bastante preponderante no funcionamento da sociedade e do sistema político da África do Sul. Isto significa que, apesar de reconhecer, formalmente, a supremacia do poder político sobre o militar, em termos reais, a sociedade Sul-Africana, sob regime do Apartheid, funcionava com base nos dictames do poder militar conservador¹². O peso da influência militar era de tal forma significativo que, vezes sem conta, os militares “desautorizaram” os políticos, algo que serviu para impôr a presença da Renamo na estratégia de sobrevivência do regime do Apartheid, sobretudo depois de consumada a morte do regime de Ian Smith, com a proclamação da independência do Zimbabwe (Oliveira, 2006). Com efeito, o militarismo e a máquina de guerra do Apartheid passou a ser a base forte e principal da assessoria a Renamo. Esta assessoria incluía a presença regular de militares do regime de Apartheid em algumas bases da Renamo, militares esses que, inclusive, participavam activamente na concepção e na implementação de certos planos e de certas tácticas de guerra. Mais do que isso, a máquina de guerra do regime de Apartheid providenciou, por longo tempo, um apoio logístico bastante significativo, que permitiu com que a Renamo se desenvolvesse militarmente e expandisse, com sucesso, a guerra a escala nacional (Emerson, 2013, Vines, 1996).

Em consequência, a assessoria militarista Sul-africana contribuiu para a solidificação do ADN militar da Renamo. Isto aconteceu no momento em que a elite económica e seccritária branca,

¹² Esta realidade militarista prevaleceu até os finais da década de 1980, altura em que se registou a queda do muro de Berlim e a ala política reformista assume o protagonismo de negociar termos favoráveis para a morte menos violenta do regime de Apartheid.

da geração dos fundadores da Renamo desapareceu misteriosamente e se destacou uma nova elite negra predominantemente militar¹³. Esta solidificação do ADN militar, com assessoria do militarismo Sul-africano, tornou-se mais acentuado quando a Renamo começou a expandir a guerra à escala nacional (Emerson, 2013) e quando instalou a sua estrutura de funcionamento e de controle fortemente concebida com fundamentos militares (Vines, 1996).

Ademais, o tempo de duração da guerra, isto é, 16 anos, foi suficientemente longo para assegurar que o ADN militar se enraizasse e passasse a assumir supremacia sobre qualquer tentativa de impôr, na Renamo, um ADN político. Por outras palavras, este foi um tempo bastante significativo de guerra em que a Renamo funcionou sem um braço político formalmente instituído. Nessa altura, a Renamo funcionou com um braço político *ad hoc* profundamente subalternizado pelo braço militar fortemente apoiado pela máquina de guerra do Apartheid, o que contribuiu para o enraizamento profundo da filosofia de pensamento, de gestão e de liderança a moda militar na Renamo. Aliás, os aliados Sul-africanos não estavam interessados em ver emergir, na Renamo, uma elite política, “que lhes retirasse a influência que tinham sobre a Renamo-operacional, a qual tinham um acesso exclusivo” (Pinto, 2008: 253-236). Acima de tudo, os Sul-africanos percebiam que a prevalência de uma elite política, na Renamo, fora de controle, poderia perturbar a eficiência e a eficácia da “estratégia total”, desenhada para servir o interesse supremo Sul-africano – a sobrevivência do regime do Apartheid.

Construção do ADN político da Renamo: entre intenções e acções contraditórias

Terminada a guerra de desestabilização/ guerra pela democracia, politicamente simbolizada nos Acordos Gerais de Paz (AGP), assinados em Roma, em 1992, a Renamo assumiu, formalmente, o compromisso de participar na vida sócio-política de Moçambique como um actor político, na base das regras de jogo da democracia liberal. Isto significou, por um lado, o reconhecimento explícito da necessidade de transformar o Movimento, originalmente de guerrilha, em partido genuinamente político, ou seja, fazer da Renamo um actor eminentemente caracterizado por um ADN político. Neste contexto, a Renamo foi política e juridicamente estabelecida como um partido político (em 1992) e, por via dos resultados eleitorais provou ter

¹³ Com a eliminação da elite branca e a consolidação da “pretização” da Renamo, que Vines (1996) explora bem, mas sem uma inclinação rácica, o regime do Apartheid conseguiu influenciar, mais facilmente, a imposição do ADN militar.

uma forte base social de apoio, sobretudo no meio rural e nas províncias do Centro e do Norte de Moçambique.

Por outro lado, a assinatura do AGP e a construção de um ADN político foi, de forma optimista, interpretada como uma clara mensagem de que a Renamo renunciaria o uso da guerra como instrumento para atingir fins políticos. Esta crença foi rubustecida através da partilha de poder simbólica e *suus generis* entre o governo e a Renamo, quer na Comissão Nacional de Eleições (CNE), quer no Secretariado de Administração Eleitoral (STAE), quer ainda nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) (Tibana e Cadeado, 2010). Além disso, a presença e a participação da Renamo na Assembleia da República (AR), bem como o forte apoio internacional ao processo de reconstrução de Moçambique pós-guerra conferiram, igualmente, robustez a crença de que o ADN político da Renamo tornar-se-ia uma realidade irreversível e factor de paz.

Com efeito, a Renamo iniciou um processo de construção de um ADN político amplamente financiado por fundos públicos e por contribuições de países, bem como de organizações governamentais e não-governamentais “amigos” de Moçambique¹⁴. Nesta ocasião, a Renamo usou do “palanque” da AR e os canais mediáticos para difundir a sua narrativa que coloca Dhlakama como “pai da democracia”, em Moçambique. Ademais, a Renamo conquistou assentos nas Assembleias Municipais, exceptuando o caso de Xai-Xai, em Gaza, onde a Frelimo apresentou uma hegemonia absoluta, nas primeiras eleições autárquicas, realizadas em 1998 e em 2013. Esta realidade deveu-se, em grande medida, ao erro estratégico da Renamo ao decidir pelo boicote e não participação em ambas eleições. Nas eleições gerais (presidenciais, legislativas e para as assembleias provinciais), a Renamo sempre elegeu seus

¹⁴ Isto inclui, por um lado, o dinheiro proporcional ao número de acentos que a Renamo sempre obteve, na Assembleia da República (AR), desde os pleitos eleitorais multipartidários, iniciados em 1994. Por outro lado, existe o dinheiro do estrangeiro, designado trust fund, exclusivamente entregue ao vivo a Afonso Dhlakama (Ajello, 1999: 637), no período imediatamente a seguir ao início do processo de manutenção de paz, com vista a financiar a transformação da Renamo de movimento de guerrilha para partido político. Entretanto, em ambos casos, as quantias investidas na Renamo são incompreensivelmente tratadas como segredo sacrossanto, pois não estão disponíveis para consumo público, quer por via de documentos do Estado (leis orçamentais), quer por via de documentos com timbre e carimbo oficial da Renamo. A excepção a este secretismo pode ser encontrado no artigo de Aldo Ajello (1999). Mozambique: Implementation of the 1992 Peace Agreement. In *Herding Cats: Multiparty Mediation in a Complex World*. Chester Crocker, Fen Hampson and Pamela Aall (eds.). United States Institute of Peace. Washington, DC. pp. 615- 642.; na obra de Alex Vines (1996). *Renamo: from terrorism to democracy?* James Curry. London; e na obra de Adriano Nuvunga (2007). *Post-war Reconstruction in Mozambique: The United Nations’ Trust Fund to assist former rebel movement Renamo*. Tiri. London. Apesar de serem fontes bastante importantes, a abordagem destes autores se limita ao período de 1992 a 1994, caracterizado por crise e ganhos financeiros obtidos, durante a guerra, incluindo o período das negociações para a paz, que decorreram em Roma.

membros em todas assembleias provinciais e na AR. Em 2003, a Renamo chegou, inclusive, ao ponto de ganhar eleições nos municípios da Beira, de Marrromeu, de Nacala, da Ilha de Moçambique e de Angoche. Este cenário político elevou, de certa forma, a expectativa de ver a Renamo a funcionar com base em um ADN genuinamente político.

Contudo, o processo de construção do ADN político da Renamo não significou, necessariamente, a eliminação do ADN militar, nem tampouco a eliminação da sua profunda supremacia. Prova disso é que a Renamo manteve um número desconhecido de homens armados/ “forças residuais”/ guerrilheiros, alegadamente necessários para garantir a segurança dos seus dirigentes, algo atípico, mas que foi formalmente consagrado no AGP¹⁵. Além disso, depois da assinatura do AGP, a Renamo efectuou recrutamentos de novos militares/ guerrilheiros e manteve semi-activas um número desconhecido de bases militares abertas durante a guerra de desestabilização/ guerra pela democracia, sobretudo na zona Centro de Moçambique. Neste contexto, Vines (2017); Lundin, *et al* (2000); and Ajello (1999) consideram que o processo de desarmamento, em Moçambique, foi um fracasso, ao contrário da desmobilização, que é internacionalmente aplaudido por ser considerado um caso de sucesso.

A manutenção dos homens armados/ das “forças residuais”/ dos guerrilheiros da Renamo até era uma exigência compreensível no contexto imediatamente a seguir ao AGP. Naquela altura, a Renamo apresentava um elevado nível de desconfiança nas instituições do Estado, sobretudo nas forças de defesa e de segurança (FDS), que estavam sob liderança exclusiva de membros da Frelimo, outrora responsáveis pelas campanhas de diabolização e de caça aos “bandidos armados”, como eram designados os guerrilheiros da Renamo. Assim, compreensivelmente, o governo da Frelimo aceitou a exigência da Renamo, de manter homens armados, pois na altura, havia urgência de parar com a longa guerra de desestabilização/ pela democracia, que estava a ser manifestamente desgastante para ambas partes e, principalmente, para a população. Isto

¹⁵ Caso atípico e similar a este, pode ser encontrado na Irlanda do Norte, onde, depois de assinado um acordo de paz entre o governo da Grã-Bretanha e o Sin Fein. Neste caso, o governo da Grã Bretanha aceitou sacrificar o Estado de Direito ao permitir que Sin Fein participe no jogo político-democrático liberal, chegando ao ponto de assumir posições de topo de governação na Irlanda do Norte, mas sem eliminar o seu braço armado, o Irish Republican Army (IRA), que ainda não entregou completamente as suas armas. No Líbano, existe uma situação similar, pois o grupo Hezbollah exerce política, com presença regular no parlamento e em governos de coligação, mas possui um poderoso braço armado.

equivale dizer que a bem da paz, foi preciso sacrificar o Estado de direito democrático, tal como na Irlanda do Norte, para alcançar o objectivo principal - paz.

Ao longo do tempo, os homens armados da Renamo/ as “forças residuais/ os guerrilheiros da Renamo assumiram uma importância significativa no poder de influência da Renamo na sociedade, principalmente na correlação de forças com a Frelimo e com o governo da Frelimo. Neste contexto, a elite política emergente da Renamo foi subtilmente forçada a funcionar na base de uma retórica dúbio, que apresenta, por um lado, um discurso pacifista e Democrático, mas, por outro lado, recorre a um discurso de ameaça de uso e de uso da guerra para atingir fins políticos. Em termos concretos, deputados da Renamo, na Assembleia da República chegaram ao ponto de afirmar que a Renamo não desarmaria os seus homens armados/ as suas “forças residuais/ os seus guerrilheiros, o que configura um acto de legitimação da prevalência do ADN militar, mas, ao mesmo tempo, apresentavam um discurso de defesa do Estado de direito democrático. Além disso, em momentos pré e pós-eleitorais, Afonso Dhlakama difundiu discursos infaláveis e de ameaça, que proclamavam a capacidade de a Renamo incendiar Moçambique e tomar o poder a força, o que choca absolutamente com os valores da democracia, mas legitima o estatuto superior do ADN militar sobre o ADN político da Renamo.

Durante mais de 20 anos, a seguir ao AGP, a ameaça discursiva e o poder efectivo do ADN militar nunca foram materializados e testados, ao extremo, no campo de batalha, até o ano 2012/ 2013, altura que marca a re-erupção da guerra. Nesta altura, Afonso Dhlakama falava a partir da sua base militar em Gorongosa, onde, até prova em contrário, estava refém dos seus homens armados/ “forças residuais/ guerrilheiros insatisfeitos, pois passados mais de 20 anos de AGP a sua situação sócio-económica é manifestamente pobre quando comparada com a situação confortável em que vive a elite política emergente, que não participou nos sacrifícios da guerra de desestabilização/ guerra pela democracia. Nessa altura, Afonso Dhlakama falava, igualmente, na condição de refém de ex-guerrilheiros da Renamo que estiveram integrados nas FADM, mas, que, depois, passaram à reserva ou foram à reforma, num processo considerado repentino, nebuloso, injusto e politicamente motivado¹⁶. Esta realidade foi replicada com o

¹⁶ Segundo a Renamo, o processo de passagem a reserva e a reforma visava, essencialmente, eliminar a presença de ex-guerrilheiros da Renamo nas FADM e, desta forma, consolidar a supremacia dos elementos provenientes das forças governamentais lideradas pela Frelimo.

Ossufo Momade, que, no discurso politicamente correcto e conveniente, decidiu, voluntariamente, fixar residência na antiga e mítica base militar de Gorongosa, mas, na realidade politicamente incorrecta, foi uma decisão forçada, sobretudo, por misteriosos homens que lideram ADN militar da Renamo e por políticos, considerados da ala radical.

A desvinculação parcial ou completa, feita de forma repentina, não permitiu que as pessoas efectuassem uma preparação psicológica e sócio-económica para a vida civil, principalmente das pessoas que ocupavam cargos de chefia e de direcção. Isto significa que uma elite militar proveniente da Renamo estava entrar para a vida civil num ambiente de incerteza, que colocava, de certa forma, em causa a sua sobrevivência enquanto a elite política estava a ser confortavelmente acomodada, por exemplo, nos órgãos de gestão eleitoral, nomeadamente, CNE e STAE.

Assim, a elite militar da Renamo, bem como os homens armados/ as “forças residuais/ guerrilheiros encontraram em Afonso Dhlakama a figura com créditos militares para fazer pressão a sociedade, a Frelimo e ao governo da Frelimo. O objectivo central da pressão era eliminar a situação de pobreza dos homens que ainda se encontram nas matas e resolver a situação de incerteza das elites desvinculadas parcial ou totalmente das FADM. Esta pressão até tem um fundamento compreensível, pois existem alegações segundo as quais Afonso Dhlakama fizera promessas de cariz sócio-económica aos homens que permanecem nas matas, mas que tardam em se concretizar. Além disso, existem alegações segundo as quais Afonso Dhlakama obstaculizou a progressão sócio-económica de alguns antigos militares da elite da Renamo. Em ambos casos, Afonso Dhlakama temia a perda de lealdade dos elementos do braço militar que conferem poder real a Renamo. Neste contexto, não é de se estranhar que, em 2012, Afonso Dhlakama tenha fixado residência na sua antiga base militar em Gorongosa. Esta decisão, bastante mediatizada, que sempre esteve longe de ser puramente voluntária, serviu para Afonso Dhlakama renovar a sua legitimidade diante dos seus companheiros de armas.

Portanto, não é de se estranhar quando, cerca de 20 anos depois do AGP, Afonso Dhlakama fez uso da guerra para obter fins políticos sem sofrer uma crítica pública dos membros do ADN político nem do ADN militar da Renamo¹⁷. Pelo contrário, os políticos e os militares da

¹⁷ Alias, na história da Renamo pós-AGP, o único político da Renamo que ousou criticar publicamente Afonso Dhlakama foi Dionísio Quelhas que depois foi vítima de exclusão. Além disso, consta na história da Renamo

Renamo manifestaram o seu apoio ruidoso, com silêncio cúmplice, sob alegação de que o partido Frelimo e o governo da Frelimo só ouvem a voz da força, só ouvem na base de ameaças. Acima de tudo, Afonso Dhlakama fez uso da guerra sem crítica interna, isto é, sem reprovação no seio da Renamo, pois tinha consciência de que os políticos e os militares reconhecem que os principais ganhos políticos, até agora alcançados, pela Renamo, são resultantes do peso significativo do ADN militar. A excepção das vitórias eleitorais nos municípios da Beira, de Marrromeu, de Angoche, de Nacala e da Ilha de Moçambique, a revisão da lei eleitoral e os “consensus em materia de descentralização são exemplos evidentes dos ganhos políticos que a Renamo obteve as custas da acção do ADN militar. Por isso, é difícil encontram evidências que provam que o desarmamento dos homens armados/ das “forças residuais”/ dos guerrilheiros é uma prioridade política na/ para a Renamo. O mais fácil é encontrar provas de manobras dilatórias para adiar o desarmamento como aconteceu, por exemplo, com o fracasso da missão da Equipa Militar de Observadores Internacionais da Cessação de Hostilidades Militares (EMOCHM).

Procurar “paz efectiva” com foco na transformação do ADN militar da Renamo e criação de supremacia de AND político

No período a seguir ao AGP, a construção do ADN político da/ na Renamo foi considerado um ingrediente importante para a manutenção da paz, para a reconstrução nacional e para a promoção de desenvolvimento sócio-económico. Neste período, o contexto político e académico global estava marcadamente dominado pelo fim da guerra fria e pela embriaguês da celebração da vitória do liberalismo sobre o socialismo (Fukuyama, 1992). Neste contexto, os liberais defendiam com veemência a tese de que a paz e segurança global seriam alcançada/o(s) através da universalização da democracia liberal, sobretudo nos países que estavam sob influência do socialismo e entravam para uma fase sensível de pós-conflito, tal como aconteceu em Moçambique¹⁸.

críticas feitas por figuras da elite académica ou intelectual como, por exemplo, Manuel de Araujo, Ismael Mussa, João Colaço que reforçaram a Renamo, sobretudo na AR. No entanto, a crítica desta elite nunca foi expressa no espaço público. Mesmo assim, a crítica não foi acolhida e o destino foi o abandono do partido para se juntarem ao projecto do Movimento Democrático de Moçambique (MDM). No seio dos membros do ADN militar da Renamo, a única crítica pública que se conhece é de um ilustre desconhecido que apontou o dedo a Afonso Dhlakama em plena reunião na qual acusava o líder da Renamo de não estar a velar pelos seus. Nessa reunião, Afonso Dhlakama afirmara que era um democrata e estava a ser acusado de estar a “comer com a Frelimo”, de estar comprador pela Frelimo porque ele resistia as várias pressões com vista a usar a força para obrigar a Frelimo a fazer cedências.

¹⁸ Nessa altura, os vencedores da guerra fria assumiram uma postura político-económica e, inclusive militar, bastante interventiva nas relações internacionais. Esta postura fazia parte de uma estratégia de afirmação e de

Assim, a Renamo beneficiou de uma elevada atenção e de um investimento internacional significativo, que foi guiado por uma lógica eleitoralista e imediatista. A título de exemplo, a ONU, a Conrad Adeneur e a *Association of European Parliamentarians with Africa* (AWEPA) investiram bastante no ADN da Renamo. Este investimento tinha por base uma crença de que as eleições multipartidárias eram um factor importante para a promoção da democracia e consequente manutenção da paz, em Moçambique. Isto significa que, de 1992 a 1994, a Renamo beneficiou de apoios financeiros para capacitação institucional. Neste sentido, membros da Renamo, de dentro e de fora da elite, beneficiaram de capacitação em diferentes matérias de governação visando criar um ADN político com vista a participar nas primeiras eleições gerais (presidenciais e legislativas no contexto multipartidário), realizadas em Outubro de 1994. Este apoio foi extensivo a preparação para a participação nas primeiras eleições autárquicas, em 1998, mas que a Renamo boicotou. A expressão mais elevada do boicote consistiu na ausência nas Eleições.

A lógica eleitoralista e imediatista de criação do ADN político da Renamo foi continuada até ser interrompida nos meados da década de 2000. Nesta altura, estava consolidada, no seio da chamada “comunidade internacional” e dos Moçambicanos, a percepção de que a paz era um ganho irreversível. Esta percepção foi consolidada pelo ambiente de ausência de guerra, mesmo perante discursos inflamatórios e ameaças da Renamo e de Afonso Dhlakama, particularmente em períodos eleitorais. Neste contexto, na década de 2000, Moçambique estava nas luzes da ribalta mundial por ser um caso de sucesso na transição da guerra para a paz, bem como sucesso em termos de desenvolvimento económico. Acima de tudo, a partir da década de 2000, registou-se um certo desapontamento da “comunidade internacional” em relação a Renamo e a liderança, que resultou na diminuição dos apoios para criar o ADN político. Esta realidade resultou, igualmente, do facto de que nesta altura, a Renamo sofreu uma pressão política e económica asfixiante da governação do Presidente Guebuza. Esta pressão foi responsável pelas maiores derrotas eleitorais da Renamo e o consequente surgimento do interesse em apoiar

legitimação do poder global e dos valores liberais, na nova ordem mundial. Neste contexto, os líderes da difusão dos valores liberais, especialmente os Estados Unidos da América e da Europa Ocidental, estavam dispostos a investir em processos de paz, bem sucedidos, como forma de legitimar a sua liderança e a supremacia dos seus valores. O sucesso da Organização das Nações Unidas, particularmente das missões de paz, aparecia como um dos veículos preponderantes para a legitimação dos novos poderes e dos valores liberais. Assim, Moçambique beneficiou de uma atenção internacional, de forma privilegiada, ao ponto de ser considerado um caso de sucesso de transição da guerra para a paz, que tanto prestigia a ONU (Bartoli, 1999). O facto de que, na altura, o mundo estava a testemunhar o fracasso do processo de paz de Angola constitui um elemento adicional que justifica a atenção especial dada a Moçambique (Vines, 1996; Ajello, 1999).

outras forças políticas como, por exemplo, o Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

A lógica eleitoralista e imediatista foi, no entanto, bem sucedida até a década de 2000. Até esta altura, a elite militar da Renamo beneficiou de uma acomodação nas FADM, bem como na AR enquanto os homens armados/ as “forças residuais/ os guerrilheiros, nas matas, recebiam de Afonso Dhlakama subsídios financeiros e promessas de integração confortável nas FDS. Desta forma, Renamo e Afonso Dhlakama recebiam, em troca, uma elevada lealdade da elite militar e dos homens armados/ das “forças residuais/ dos guerrilheiros nas matas, que manifestaram uma disciplina indispensável para manter a paz por cerca de 20 anos após o AGP. Em consequência, o desarmamento dos homens armados/ das “forças residuais/ dos guerrilheiros da Renamo foi subalternizado e, obviamente, não entrou no projecto de criação do ADN político.

Nas negociações secretas/ directas entre o Presidente da República, Filipe Nyusi e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, a criação de ADN político da Renamo foi, inicialmente, subalternizado. Isto significa que nestas negociações, a semelhança nas anteriores negociações, as receitas para a paz privilegiaram soluções eleitoralistas e imediatas. Esta postura negocial até é, por um lado, compreensível, se se considerar que a criação do ADN político e a sua supremacia sobre o ADN militar é um assunto de âmbito eminentemente interno da Renamo. Mas, por outro lado, se se considerar que a prevalência da “paz efectiva” e da obsolescência da guerra, em Moçambique, são um bem público que depende da criação do ADN político da Renamo e da consequente supremacia sobre o ADN militar, então este assunto deixa de ser exclusivamente da responsabilidade da Renamo. Alias, esta é a posição que foi adoptada de 1992 até meados da década de 2000, altura em que os amigos de Moçambique e, inclusive a Frelimo participaram activamente na criação do ADN político da Renamo.

Apesar de eleitoralista e imediatista, as negociações secretas/ directas passaram, para a surpreendentemente, a sobrevalorizar a desmobilização e desmilitarização dos homens armados/ das “forças residuais”/ dos guerrilheiros da Renamo. Esta sobrevalorização constituiu uma clara resposta de Dhlakama e da Renamo as pressões do ADN militar que reclama a sua vez no usufruto dos benefícios sócio-económicos da paz. O facto de a componente militar das negociações estar a ser dominada pela (re)integração dos militares

da Renamo nos cargos de direcção e de chefia nas FDS solidifica, entretanto, a dimensão elitista e minimiza qualquer optimismo de ver concretizado o objectivo de desmobilizar e desarmar efectivamente os homens da Renamo que estão as matas e que conferem o principal peso de supremacia ao ADN militar sobre o ADN politico.

Conclusão

As negociações secretas/ directas entre o Presidente da República, Filipe Nyusi e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, tem o mérito de colocar, de forma interdependente e complementar, a componente política e a componente militar com vista ao alcance da paz efectiva. Este mérito negocial merece um reconhecimento destacado porque as opiniões optimistas indicam que Afonso Dhlakama vai retribuir as concessões políticas que Filipe Nyusi fez, com concessões no domínio militar. Isto quer dizer que, para as opiniões mais optimistas, Afonso Dhlakama tem uma obrigação politico-moral de avançar para um processo genuino de DDR dos seus homens que estão nas matas e, desta forma, dar um sinal claro de que, para a Renamo, a guerra tornou-se um instrumento obsoleto no alcance de objectivos políticos.

Contudo, o optimismo sofre de uma fragilidade porque não existem garantias de que a Renamo vai aceitar futuros resultados eleitorais que não sejam favoráveis para si, tal como já aconteceu no passado. O mais preocupante é que não existem garantias de que a Renamo não vai eliminar o ADN militar e a supremacia do ADN militar sobre o ADN politico. O mais preocupante ainda é que não existem garantias de que Afonso Dhlakama e a Renamo não vão reactivar o uso da guerra como instrumento político, na eventualidade de não obter resultados eleitorais favoráveis, tal como já aconteceu no passado. Este facto serve para destacar que a paz efectiva, em Moçambique, não depende única e exclusivamente, de questões políticas. A paz efectiva, em Moçambique, depende do tratamento das questões politico-militares, particularmente do processo de transformação da Renamo, de movimento de guerrilha, com supremacia de ADN militar para um partido genuinamente politico.

Com efeito, as concessões políticas e o processo de DDR da Renamo são condições necessárias, mas não são suficientes para o alcance da paz efectiva, em Moçambique. O mais importante é reactivar a transformação da Renamo, de movimento de guerrilha para um partido eminentemente politico. Isto é importante porque a história mostra que, mesmo depois de ter

governado cinco municípios, nomeadamente, Beira, Marromeu, Angoche, Nacala e Ilha de Moçambique, o ADN político da/na Renamo não conseguiu eliminar a supremacia do ADN militar.

O facto de o processo de DDR pode ser um assunto imprescindível no processo de negociações secretas/ directas constitui um ponto de partida para eliminar o ADN militar e a supremacia do ADN militar da Renamo a favor do ADN político. Para o efeito, o processo de DDR não deve se cingir exclusivamente em aspectos militares, nem tampouco aos homens das matas, apesar de estes representarem o poder real, com capacidade de fazer guerra no teatro de operações. O processo de DDR deve contemplar aspectos económicos e político-militares, incluindo as elites da Renamo. Isto é importante porque o ADN militar da Renamo tem um suporte nas matas e nas elites que não estão nas matas.

Assim, para que o processo de DDR sirva de veículo para eliminar o ADN militar e a supremacia do ADN militar da Renamo, a favor do ADN político, as bases militares da Renamo deveriam ser considerados locais históricos e interligados ao sector turístico. Neste contexto, a gestão deveria ser da responsabilidade dos homens armados da Renamo, nas matas e das FDS, em parceria com o sector privado. Esta é forma de fazer com que o processo de DDR não se limite apenas a recolha de armas e de homens, mas inclua, igualmente, a transformação dos espaços militares sob influência da Renamo em espaços civis. Desta forma, Afonso Dhlakama e a Renamo estariam a demonstrar confiança, vontade e determinação de avançar para um processo de DDR que seja orientado para eliminar o ADN militar e privilegiar, sem dúvidas, o ADN político. Acima de tudo, esta seria uma forma de Afonso Dhlakama e da Renamo mostrarem que estão dispostos a perder, homens armados, nas matas, bem como poder de fazer guerra e para ganhar homens civis que podem gerar rendimentos financeiros para serem usados em actividades eminentemente políticas.

Entretanto, para que o processo de DDR e a conseqüente eliminação do ADN militar, bem como da supremacia do ADN militar da Renamo, a favor do ADN político será mal sucedido se prevalecer a exclusão da elite militar da Renamo. Por outras palavras, enquanto a abordagem sobre a elite militar da Renamo fôr insistentemente focalizada exclusivamente na (re)integração nos cargos de direcção e de chefia nas FDS, o ADN militar da continuará a exercer uma forte influência sobre Afonso Dhlakama e sobre a Renamo. Por seu turno, Afonso

Dhlakama continuará a exercer uma influência recíproca que retardará a eliminação do ADN militar e, por conseguinte, obstaculizará a afirmação de uma supremacia de ADN político, que é fundamental para a construção de uma paz efectiva.

Portanto, a construção da supremacia do ADN político da Renamo é a solução mais profunda e sustentável para construir a paz efectiva.

Fontes

Abrahamsson, Hans e Anders Nilsson (1994). *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o Período 1974 – 1992*. Peace and Development Research Institute. Gothenburg.

Ajello, Aldo (1999). *Mozambique: Implementation of the 1992 Peace Agreement*. In *Herding Cats: Multiparty Mediation in a Complex World*. Chester Crocker, Fen Hampson and Pamela Aall (eds.). United States Institute of Peace. Washington, DC. pp. 615- 642.

Bartoli, Andrea (1999). *Mediating Peace in Mozambique: The Role of the Community of Sant’Egidio*. In *Herding Cats: Multiparty Mediation in a Complex World*. Chester Crocker, Fen Hampson and Pamela Aall (eds.). United States Institute of Peace. Washington, DC. pp. 245-273.

Cabrita, João M. (2000). *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Palgrave Macmillan. New York.

Cadeado, Calton e Roberto Tibana (2010). *Mozambique Peace and Post-Conflict Development: Managing Political and Macroeconomic Risks during the Transition*. In *Democratization, Poverty Reduction and Risk Mitigation in Fragile and Post-Conflict States*. Philip Oxhorn (ed.) Institute for the Study of International Development, MacGill University. pps. 102 – 132, https://www.mcgill.ca/isid/files/isid/peace_and_development_final_report.pdf, acessado no dia 21 de Março de 2018.

Emerson, Stephan (2013). *The Battle for Mozambique*. 30^a South Publishers. Durban

Flower, Ken (1987). *Serving Secretly: An Intelligence Chief on Record, Rhodesia into Zimbabwe, 1964 to 1981*. John Murray. Harare.

Lundin, Iraê Baptista *et al* (2000). Reducing Costs Through an Expensive Exercise: the impact of demobilization in Mozambique. In *Demobilization in Sub-Saharan Africa: the development and security impacts*. Kees Gigma (ed.). Macmillan Press. London, pps. 173 – 212.

Marangoni, Pedro (2012) (ed.). *A Opção pela Espada*. 3^a edição. s/l.

Martin, David and Phyllis Johnson (2012). *The Struggle for Zimbabwe*. African Publishing Group. Harare.

Ncomo, Bernabé (2003). *Uria Simango: um homem, uma causa*. Edições Novafrica. Maputo.

Nuvunga, Adriano (2007). *Post-war Reconstruction in Mozambique: The United Nations' Trust Fund to assist former rebel movement Renamo*. Tiri. London.

Oliveira, Paulo (2006). *Renamo: uma descida ao coração das travas*. Europress. Lisboa.

Pavia, José Francisco (2000). *Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*. Vega Editora. Lisboa.

Pinto, Jaime Nogueira (2008). *Jogos africanos*. A Esfera dos Livros. Lisboa.

Stiff, Peter (1999). *The Silent War: South African Recce Operations 1969 – 1994*. Galago Publishing. Johannesburg.

Vines, Alex (2017). Afonso Dhlakama and Renamo's Return to Armed Conflict, Since 2013: the politics of reintegration in Mozambique. In *World Democrats in Africa: ex-military leaders and electoral politics*. Anders Themnér (ed.). Zed Books. London. pps. 121 – 155.

Vines, Alex (1996). *Renamo: from terrorism to democracy in Mozambique?* Center for Southern African Studies. York.

Acordo de Lusaka entre o Governo Colonial Português e a Frelimo, 1974.